

Malan não prevê impasse no Clube de Paris

■ Negociador da dívida externa acredita que prazo até 31 de agosto para um novo acordo com o FMI será concedido amanhã

BETH CATALDO

Maria José Lessa — 30/9/92

BRASÍLIA — O governo brasileiro está empenhado em reverter a expectativa de que o país possa enfrentar, a curto prazo, uma crise no relacionamento com a comunidade financeira internacional. O sinal vermelho acendeu em função da reunião de amanhã do Clube de Paris — onde se reúnem os credores oficiais —, que pode suspender as condições em que foram renegociados os débitos brasileiros em fevereiro do ano passado. A justificativa técnica para essa decisão existe, na medida em que o país não conta com um acordo *stand by* em operação com o FMI.

Mas o negociador oficial da dívida brasileira, Pedro Malan, confia nas gestões conduzidas pelo ministro Fernando Henrique Cardoso para obter apoio político ao seu programa econômico e manter a normalidade no *front* externo.

O encontro promovido antontem pelo ministro da Fazenda com os embaixadores dos países ricos, que integram o Grupo dos Sete, faz parte desse esforço de convencimento dos credores oficiais de que o governo brasileiro precisa apenas de tempo para voltar a pôr em operação o acordo com o FMI.

Respaldo — Fernando Henrique garantiu aos embaixadores que conta com “total respaldo” do presidente Itamar Franco para executar seu plano. E explicou que só será possível à equipe econômica quantificar metas para a aplicação do programa quando se encerrarem as negociações políticas com o Congresso e os governadores, em torno do IPMF e da rolagem da dívida dos estados. “O *timing* do acordo com o Fundo depende justamente dessa definição de metas”, lembrou ontem Malan, que também participou da reunião.

A ênfase de Malan de que “não há crise na área externa” justificase por sua convicção de que a decisão do Clube de Paris, qualquer que seja, não será dramática para o país. Na prática, uma decisão desfavorável significará que parte das



Malan: qualquer que seja, decisão do Clube não será dramática

dívidas de US\$ 5,2 bilhões que vencerem no período 92/93 terá que ser paga nas condições previstas nos contratos originais.

No acordo de fevereiro de 92, essa dívida foi reescalada em condições mais favoráveis que as originais, com a ressalva de que o país deveria contar com um acordo com o FMI em plena vigência.

A crise política no período do processo de *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor foi o argumento apresentado pelo país para interromper o acordo com o Fundo, no final do ano passado. Nas intrincadas negociações com a comunidade internacional, o aval do FMI é a pedra de toque para os vários processos de renegociação de dívidas com credores privados e oficiais. Tanto que o governo brasileiro teve que pedir *waiver* (perdão) ao Clube de Paris pela suspensão do acordo com o Fundo. Os países do Clube concederam o *waiver*, mas marcaram a data de 31 de maio deste ano para que o acordo esti-

vesse em operação, o que novamente não aconteceu.

Expectativa — O que a reunião de amanhã analisará é se novo prazo será concedido para a retomada das negociações com o FMI.

Malan informou que a expectativa é que o Clube de Paris aceite estender esse novo prazo até 31 de agosto, quando expira formalmente o período original do acordo com o FMI negociado ainda no governo Collor. Mas lembrou que a normalidade pode ser atestada pela regularidade dos pagamentos do país aos governos integrantes do Clube de Paris, com os quais foram assinados acordos bilaterais.

E também pelo curso satisfatório das negociações com os credores privados. Nesse caso, somente em novembro, quando deverá ocorrer a troca de bônus com os bancos privados, será necessário contar com um programa em andamento com o Fundo. Até lá, ele acredita, Fernando Henrique Cardoso já terá se acertado com o FMI.